

## ***Das cruzadas antigênero ao currículo de história: reacionarismo na educação brasileira***

## ***De las cruzadas antigénero al currículum de historia: el reaccionarismo en la educación brasileña***

Carolina Giovannetti<sup>1</sup>  
Shirlei Sales<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a ofensiva antigênero na educação brasileira presente em discursos que estimulam a perseguição às professoras e aos professores. Examinam-se o surgimento e a construção discursiva do sintagma “ideologia de gênero” na Igreja Católica e em grupos neoconservadores. Argumenta-se que há, em funcionamento no Brasil, um discurso reacionário que, por meio do sintagma “ideologia de gênero”, busca coibir saberes e impor limites a uma educação diversa. Conteúdos das ciências humanas, especialmente da história, têm sofrido ataques deliberados e tentativas de banimento de certos conhecimentos. Essa perseguição não se restringe ao currículo escrito. Ela perpassa também por uma campanha de vigilância impetrada às professoras e aos professores que se respalda em ampla incursão midiática, governamental e moral contra às/-aos profissionais da educação, acusadas/os de “doutrinadoras/es”. Entretanto, mesmo diante de tantos problemas, é possível identificar movimentos em defesa da manutenção das discussões de gênero nos currículos escolares que propõem um currículo diverso e uma educação baseada na liberdade de cátedra, configurando-se resistências ao neoconservadorismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Ideología de género”; Neoconservadorismo; Resistencia; Currículo de história.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la ofensiva antigénero en la educación brasileña presente en discursos que alientan la persecución de docentes. Se examina el surgimiento y la construcción discursiva de la frase “ideología de género” en la Iglesia católica y en grupos neoconservadores. Se argumenta que en Brasil opera un discurso reaccionario que, a través de la frase “ideología de género”, busca frenar el conocimiento e imponer límites a una educación diversa. Los contenidos de las ciencias humanas, especialmente la historia, han sufrido ataques deliberados e intentos de desterrar ciertos conocimientos. Esta persecución no se limita al plan de estudios escrito. Se trata también de una campaña de vigilancia contra los docentes que cuenta con el apoyo de una amplia incursión mediática, gubernamental y moral contra los profesionales de la educación, acusados de ser “adoctrinadores”. Sin embargo, aún ante tantos problemas, es posible identificar movimientos en defensa de mantener las discusiones de género en los currículos escolares que proponen un currículo diverso y una educación basada en la libertad académica, configurando resistencia al neoconservadurismo.

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharela e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

**PALAVRAS CLAVE:** “Ideología de género”; Neoconservadurismo; Resistencia; Plan de estudios de historia.

## INTRODUÇÃO

A intolerância sistemática do clero suspira pela fogueira e pelos santos inquisidores. A Igreja tem saudades fundas e nostálgica mística de suas perseguições e do fanatismo com que o povo acorria para meter as achas de lenhas nas fogueiras e ver assar vivos os hereges, os judeus e as feiticeiras. E neste momento, através do fascismo, a Igreja tenta de novo tomar o mundo de assalto (Moura, 2018, p. 25)<sup>3</sup>.

Maria Lacerda de Moura (1887-1945) foi uma escritora feminista e anarquista, conhecida por sua luta contra o fascismo e pelo combate à tirania. Escreveu vários textos e livros denunciando as instituições clericais, a burguesia e o Estado autoritário. Mineira de Manhuaçu, mudou-se para São Paulo em 1921 e se tornou ativa colaboradora da imprensa, publicando em jornais como *A Plebe* e *O Combate* e na revista anarquista *Renaissance* (Fraccaro, 2018).

Em seus escritos, verificam-se críticas contundentes ao conservadorismo, que impedia as mulheres de atuarem nas cenas pública e política, à moral burguesa, que as proibia de terem uma vida livre, à Igreja Católica, que as tratava como seres inferiores, e à ordem patriarcal, que as submetia aos padrões impostos pelos homens (Leite, 1984). Escreveu no período de ascensão do nazifascismo, nas décadas de 1920 e 1930, denunciando os problemas e absurdos desse sistema político-ideológico e a sujeição das mulheres às ordens sociais patriarcais em um contexto de ascensão da extrema-direita. Para Maria Lacerda de Moura (2018, p. 151), “calar hoje é ser cúmplice. Pratiquemos o crime inominável da coragem, no meio da covardia e do cinismo da hora presente”.

A atualidade da denúncia de Moura, que afirmava no início do século XX que, “através do fascismo, a Igreja tenta de novo tomar o mundo de assalto”, é evidente. Se no fascismo da primeira metade do século XX propunha-se a exaltação da nação, dos símbolos nacionais e de uma história nacional hegemônica, percebemos, na última década, a ascensão de discursos reacionários que visam governar pessoas, guiando suas condutas de modo a garantir o conservadorismo dos costumes e tomando por base a ideia de família nuclear burguesa e dos valores morais inspirados no cristianismo.

Nesse cenário, verificamos nos últimos anos, tanto em esfera nacional quanto em âmbito global, o surgimento “de um discurso reacionário que, entre outras coisas, afirma haver uma conspiração mundial contra a família. Segundo ele, a escola tornou-se o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia contrária à natureza humana: a ‘ideología de género’” (Junqueira, 2019, p. 135). Um dos problemas do discurso reacionário é seu poder de persuasão, em uma tentativa de naturalizar as desigualdades sociais existentes em nossa sociedade e ameaçando a escola como espaço de formação humana.

Para Michel Foucault (2007), o discurso é um conjunto de práticas sociais, uma produção histórica e coletiva, com um possível efeito de sentido ou uma verdade que

---

<sup>3</sup> A primeira edição do livro foi publicada originalmente em 1935, em plena ascensão do movimento fascista no mundo.

encontra suporte em uma mesma formação discursiva. Ele configura-se como um emaranhado de enunciados provenientes de um mesmo sistema de formação. A produção discursiva se dá em meio a relações de poder e produz efeitos diversos.

No campo dos estudos curriculares pós-críticos, pode-se compreender o currículo como um discurso produzido em meio a inúmeras disputas perpassadas por relações de poder (Silva, 2001a). Nesse processo, institui-se, por exemplo, o que pode ser estudado na escola, o que é permitido e o que é proibido aprender. Entretanto, sendo o currículo um território de disputas, há sempre os escapes, porque as resistências constituem também as relações de poder (Foucault, 2007).

As ações da ultradireita no Brasil têm se alicerçado em discursos reacionários que visam controlar os currículos escolares e as ações docentes, cerceando saberes em defesa de uma suposta neutralidade no processo de ensino e aprendizagem. O discurso reacionário propõe coibir, por meio da perseguição e da interdição de saberes, as questões de gênero e as histórias das mulheres, em um movimento de caça às bruxas contemporâneo (Giovannetti; Sales, 2023).

Gênero é acionado como algo a ser combatido e interditado. Para Judith Butler (2015), gênero é uma construção a partir da cultura, estando constantemente em construção através do tempo. Nesse sentido, gênero passa a ser visto como um ato performativo e um construto cultural dependente da realidade que nos cerca.

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas,性uais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2015, p. 20).

Butler (2024) analisa as campanhas antigênero como reações conservadoras aos avanços dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+, evidenciando como o conceito de “gênero” foi transformado em um ponto central de disputas políticas e culturais, sendo frequentemente apresentado como uma ameaça à ordem social ou aos valores tradicionais. O medo disseminado em torno do tema é, na verdade, uma tentativa de controlar corpos, constituindo uma ofensiva antigênero transnacional.

A ofensiva antigênero – considerada aqui como um enunciado que integra o discurso reacionário – se caracteriza como contrária, como reativa às políticas de inclusão social do início deste século. Valendo-se da estratégia discursiva de defesa da liberdade que a família deveria ter para educar suas/seus filhas/os, esses grupos atacam, veementemente, o saber escolarizado, personificado na figura das professoras e dos professores, afirmando que não desenvolvem um currículo neutro e que usurpam a função da família de ensinar conforme seus preceitos morais e éticos.

A ofensiva antigênero age produzindo uma espécie de *pânico moral* (Junqueira, 2018). Sentimentos como o medo, o temor do diferente e da diversidade vêm sendo produzidos e acionados como parte do projeto de poder instalado no Brasil para a construção de um inimigo comum: a/o professora/o. Surgem discursividades que acusam professoras e professores de serem doutrinadoras/es, desqualificando essas/es profissionais. A

organização Escola sem Partido – ESP capitaneou por anos esses ditos e a construção desse inimigo para a educação.

Essa argumentação desqualificante das/os profissionais da educação e do conhecimento escolar se enraizou nos mais diversos setores sociais, tendo ampla aceitação em setores da direita e em Igrejas Católica e Evangélica, em uma atuação combinada de agentes por meio de uma *coalizão conservadora* em defesa de uma suposta “escola neutra” (Passos; Mendonça, 2021). O conceito de gênero, assim, foi instrumentalizado para mobilizar sentimentos de desaprovação e reunir apoio da sociedade em torno de agendas conservadoras, articulados em alianças amplas, na dita *coalizão conservadora*, apesar de suas divergências anteriores ou da ausência de uma atuação conjunta.

Nesse sentido, argumentamos que há em funcionamento no Brasil um discurso reacionário que, por meio do sintagma “ideologia de gênero”, busca coibir conhecimentos e impor limites a uma educação diversa. Conteúdos das ciências humanas, especialmente da história, têm sofrido ataques deliberados e tentativas de banimento de certos conhecimentos. Essa perseguição não se restringe ao currículo escrito. Ela perpassa toda uma campanha de vigilância impetrada às professoras e aos professores que se respalda em ampla incursão midiática, governamental e moral contra às/-aos profissionais da educação acusadas/os de serem “doutrinadoras/es”, alicerçada na Igreja Católica, em igrejas neopentecostais, no Legislativo e em setores empresariais, formando a *coalizão conservadora*. Entretanto, mesmo diante de tantos problemas e interdições, é possível identificar movimentos em defesa da manutenção das discussões de gênero nos currículos escolares, configurando-se resistências ao neoconservadorismo.

Desenvolvemos essa argumentação com base nas teorias pós-críticas de currículo e na análise de discurso de inspiração foucaultiana, tendo a compreensão de currículo como o “conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes” (Silva, 2001a, p. 184). Também nos fundamentamos nos estudos de gênero e feministas, no campo da história das mulheres e nas discussões sobre o neoconservadorismo no Brasil.

Em consonância com Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Machado e Flávia Biroli (2020, p. 25, grifos das autoras), entendemos que o termo “neoconservadorismo” “[...] permite caracterizar o fenômeno em sua emergência *no momento político atual*, ressaltando as *coalizações diversas que o sustentam em um contexto específico*”. A partir da noção de governamentalidade, de Foucault (2008), compreendemos o “[...] neoconservadorismo com uma nova forma de governo, alinhada com as exigências do neoliberalismo”, em uma seara “[...] normativa e disciplinadora interiorizada pelos sujeitos contemporâneos” (Vaggione; Machado; Biroli, 2020, p. 26).

Como resistência e enfrentamento político, é importante estudar a ascensão de movimentos reacionários na educação no Brasil e a emergência da chamada ofensiva antigênero, em um contexto político neoconservador, além de fortalecer e multiplicar os estudos de gênero em âmbito nacional. Nesse sentido, buscamos problematizar a ofensiva antigênero nos currículos e a perseguição a docentes, principalmente de história, e dar visibilidade às resistências às ações reacionárias e neoconservadoras na educação.

As análises e as reflexões apresentadas vão nessa direção e trazem parte dos resultados de uma pesquisa que buscou refletir sobre as relações de gênero e a história das mulheres nos documentos curriculares oficiais do ensino médio. Enfocamos a discussão relativas às intervenções e discursos da Igreja Católica sobre a chamada “ideologia de gênero” e as

tentativas de interferências nos currículos escolares, principalmente nos currículos de história, por meio de uma *cruzada moral* contra conteúdos e saberes considerados doutrinários.

As cruzadas foram uma série de expedições armadas entre os séculos XI e XIII cujo objetivo, na maior parte das ocasiões, era conquistar Jerusalém (Tyerman, 2004). Essas expedições tinham motivações não só religiosas, mas também políticas e econômicas, e foram justificadas como uma forma de *guerra santa* para defender o cristianismo e expandir sua influência. O termo tem sido apropriado pela extrema-direita no Brasil e no mundo, envolvendo uma série de preconceitos, como racismo, homofobia, islamofobia e machismo, em um passado idealizado pela extrema-direita (Rudnitzki; Oliveira, 2019).

Ao analisar o termo *cruzada* e os usos e apropriações desse termo pela extrema-direita, Eric Cyon Rodrigues (2021, p. 298-299) afirma que “o conceito de choque de civilizações e de cruzadas foram apropriados no século XXI com o objetivo de construir narrativas que expliquem conflitos geopolíticos contemporâneos e que inserem a história do Brasil como parte da história da Civilização Ocidental”. Nesse sentido, podemos dizer que os estudos de gênero são perseguidos, tentando-se banir as discussões no ambiente escolar, em um movimento cruzadístico contemporâneo da extrema-direita brasileira. As interdições se tornaram realidade quando no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 - 2024 (Brasil, 2014) as discussões de gênero foram banidas e quando na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) os temas ligados à história das mulheres foram eliminados (Giovannetti; Sales, 2020).

A metodologia de pesquisa de análise documental, em uma abordagem qualitativa, centrou-se na leitura minuciosa de *sites* de organizações eclesiás da Igreja Católica, como o da Canção Nova e o iCatolica.com. Organizamos os arquivos eletrônicos dos documentos localizados nesses *sites* em pastas, de acordo com as categorias de análise. Em seguida, selecionamos trechos em que era explícito o projeto político da extrema-direita no Brasil, suas estratégias de perseguição às professoras e aos professores e seus modos de atuação. Além disso, para compor nossa argumentação, selecionamos extratos de reportagens disponíveis on-line referentes às perseguições às/-aos docentes imputadas em contexto reacionário. No material, buscamos os termos “ideologia de gênero”, “Igreja Católica”, “perseguição a professores de história”. Todo esse trabalho foi realizado de forma rigorosa, cujo intuito foi localizar e examinar as estratégias de poder acionadas nos conteúdos pesquisados, bem como seus respectivos efeitos de verdade. Procuramos, ainda, identificar as regularidades discursivas, assim como as descontinuidades e as rupturas eventualmente presentes no material investigado. Metodologicamente, nos atentamos às condições de possibilidade de existência dos discursos examinados e às condições de produção dos documentos.

Nossa argumentação está organizada em três seções. Na primeira, analisamos o surgimento do sintagma “ideologia de gênero” e os discursos da Igreja Católica e de grupos reacionários que visam controlar o currículo, as professoras e os professores. Na segunda, examinamos a perseguição às/-aos profissionais da educação e as tentativas de interferências nos currículos escolares, por meio de ações diretas ou de propagação de um *pânico moral*, bem como as resistências em curso. Por fim, sistematizamos nossas análises nas considerações finais.

### **A construção do sintagma “ideologia de gênero” e ataques à escola**

Assistimos ao alvorecer de novas Cruzadas (Moura, 2018, p. 21).

Há um movimento reacionário emergente nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa que busca, por vias judicial, parlamentar e midiática, confrontar algumas conquistas recentes ligadas à busca por inserção social e política para grupos subalternizados nos Estados democráticos. Nesse processo, são propostas ações com o intuito de “eliminar ou reduzir as conquistas femininas, a obstruir a adoção de medidas de equidade de gênero, a reduzir garantias de não discriminação, a entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos” (Junqueira, 2019, p. 136), além de se ater a visões de mundo reducionistas, nas quais autoriza-se um só arcabouço moral, ético, religioso e intelectual, defendendo-se uma suposta neutralidade da educação.

Especificamente a respeito da “ideologia de gênero”, há um consenso em afirmar que o sintagma surgiu no seio da Igreja Católica (Junqueira, 2019, 2018; Miguel, 2016), sendo uma terminologia fabricada, razão pela qual optamos por utilizar a expressão “ideologia de gênero” de forma destacada, a partir do “Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados de 1990 e o início dos 2000, no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento do catecismo de Karol Wojtyla” (Junqueira, 2019, p. 136). O então papa João Paulo II marcou o seu pontificado pela radicalização do discurso da Igreja Católica no que tange à moralidade sexual e à negação de lutas feministas ligadas ao controle das atividades reprodutivas, “fornecendo fundamentos e parâmetros para a elaboração de uma retórica antifeminista que animaria a ofensiva antigênero” (Junqueira, 2019, p. 136-137).

Sua criação surge como uma contra-estratégia do Vaticano diante dos avanços conquistados pelos movimentos feministas e pelas agendas de direitos sexuais e reprodutivos nas conferências internacionais da década de 1990, especialmente após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (1995), com o objetivo de neutralizar esses progressos (Junqueira, 2018). Entretanto, o sintagma “ideologia de gênero” foi massificado a partir de 2010, com a publicação da obra *La ideología de género o el género como herramienta de poder*, de Jorge Scala, que é tida como referência por parte das autoridades católicas para essa temática (Souza Júnior, 2019).

Em 1998, o cardeal Joseph Ratzinger, que se tornaria o papa Bento XVI, em uma nota da Conferência Episcopal Peruana, escreveu pela primeira vez a expressão “ideologia de gênero”. “Esse foi o primeiro momento em que o sintagma ‘Ideologia de gênero’ foi empregado no sentido que hoje lhe é atribuído. Para o então cardeal, a homossexualidade não deveria ser geradora de direitos” (Junqueira, 2019, p. 137). Conforme o excerto a seguir, é possível perceber a preocupação primária dos representantes da Igreja Católica com os currículos da Educação Básica e do Ensino Superior por meio dos materiais didáticos divulgados:

Vale a pena, pois, conhecer esta “perspectiva do gênero” que – segundo informações fidedignas – atualmente não apenas está ganhando força nos países desenvolvidos como também, ao que parece, começa a se infiltrar no nosso meio. Basta ver alguns materiais educativos difundidos não só nos colégios do país como ainda em prestigiosas universidades (Conferência Episcopal Peruana, 1998, p. 15).

Para a construção da expressão “ideologia de gênero” e de toda a retórica antigênero, foram mobilizados diversos setores da Igreja Católica. “Trata-se, portanto, de uma verdade fundada na fé, por mais que, nos debates públicos posteriores, muitas vezes se busque minimizar tal elemento” (Miguel, 2016, p. 598). E, ainda, “a ‘ideologia de gênero’ é uma invenção vaticana. Um objeto construído e evidenciado pelo discurso que a denuncia. Um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um *slogan*, categoria política forjada para operar como arma retórica” (Junqueira, 2019, p. 138-139).

Judith Butler (2024, p. 80) observa que, para o cardeal Ratzinger, “o gênero, entendido como um exercício rebelde ou excessivo da liberdade, acaba sendo uma liberdade para destruir o que é essencial ao ser humano”. Essa afirmação evidencia que os estudos de gênero são interpretados por setores reacionários e conservadores como uma ameaça à ordem natural e à estrutura tradicional da sociedade. Tais discursos argumentam que os estudos de gênero desestabilizariam fundamentos tidos como “essenciais” da humanidade, como a complementaridade binária entre os sexos e os papéis normativos de gênero. Nesse contexto, constrói-se um discurso religioso e político marcado por uma retórica do medo em torno das questões de gênero.

Essa discursividade antigênero se alastrou em setores da direita e deu respaldo para ações de coerção e de banimento de conhecimentos na educação brasileira. Um texto no site da Canção Nova, denominado “O que pensa o Papa Francisco sobre a ideologia de gênero?”, informa que “o tema da ideologia de gênero nas escolas foi abordado em uma reunião com bispos poloneses, durante a viagem do Papa Francisco, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude em Cracóvia, na Polônia”, em 2016. Defende também que muitas questões problemáticas na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, na África, na Ásia estão relacionadas a gênero:

E uma delas – digo-a claramente por ‘nome e apelido’ – é o gênero! Hoje, às crianças – às crianças! –, nas escolas, ensina-se isto: o sexo, cada um pode escolhê-lo”, denunciou. O Pontífice acrescentou que, essa forma organizada de ideologização, está presente em cartilhas bancadas por pessoas e instituições, apoiadas por países muito influentes, “e isso é terrível”, afirmou (Canção Nova, [2016]).

Nesse excerto, defende-se que problemas nas escolas estão relacionados aos estudos de gênero e acrescenta que esses são uma forma de ideologização das crianças e que há material didático disponível nas escolas com esse fim. Entretanto, reafirmamos que os estudos de gênero são uma profícua área de pesquisa multidisciplinar que investiga fenômenos sociais, sendo um campo científico. Joan Scott esclarece que gênero é “[...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (Scott, 1995, p. 7). Diante desse embate, concordamos com Cristina Wolff e Lidia Possas (2005, p. 587) de que “fica evidente o intenso relacionamento do gênero com a política, com as hierarquias sociais, com os contextos econômicos e a sua participação nos eventos históricos”.

A discursividade que divulga a existência de uma “ideologia de gênero”, a qual deve ser combatida, parte da premissa de que “cada ordem social estabelecida empenha-se para que suas assimetrias e arbitrariedades históricas sejam percebidas como ordenamentos naturais, e continuem a ser impostas e perpetuadas como legítimas, necessárias, imutáveis ou

inevitáveis” (Junqueira, 2019, p. 139). Preconiza, sob uma égide de naturalidade do esquema linear de correspondência sexo/gênero/desejo, que a família tradicional é um fato natural, biológico e científico.

Há uma ampla discursividade neoconservadora que combate os estudos de gênero no Brasil e no mundo, em uma *cruzada* internacional, alegando que crianças estariam sendo doutrinadas nas escolas. Segundo Rogério Junqueira (2018, p. 451), “essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita ‘primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos’, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas”.

Outro texto, disponível no *site* Politize!, divulga que “o Papa Francisco – representante máximo da Igreja Católica – demonstra ver os estudos sobre a questão de gênero como algo perigoso” (Morais, 2018). A reportagem informa que o papa, visitando uma comunidade católica na Geórgia, teria advertido que a “ideologia de gênero” e o divórcio seriam mecanismos de ataque, na atualidade, de uma “guerra global para destruir o casamento”. Guerra essa, de acordo com o papa Francisco, que não é feita “com armas, mas com ideais... temos que nos defender da colonização ideológica” (Morais, 2018).

Ainda nesse documento, vemos uma imagem de protesto organizado na Marcha pela Família, no Peru, no qual as pessoas manifestantes são contrárias à dita “ideologia de gênero” e defendem o lema “Com meus filhos não te metas”. É possível verificar que há em funcionamento um *pânico moral*, acionado por uma suposta ideologização de crianças e jovens nas escolas, por meio das discussões de gênero. Levam para a esfera privada um debate público, como as questões de gênero, exigindo que a educação das crianças e das/dos jovens seja feita no seio familiar e que esses debates sejam circunscritos à família.

Figura 1 – Movimento “Com meus filhos não te metas” na Marcha pela Família realizada no Peru, em 2018



Fonte: Morais (2018)

Esses debates promovidos pela Igreja Católica ressoam na política, nos âmbitos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, em um contexto global. Para Maria Lacerda de Moura (2018, p. 20), “a Igreja teve sempre o cuidado de se servir das leis e do governo para estabelecer o seu domínio e exercer suas vinganças”. Ainda na mesma matéria do supracitado *site*, divulga-se que:

Países como México e Colômbia também se envolveram no acalorado debate sobre ideologia de gênero. Em 2016, deputados mexicanos propuseram que livros didáticos sobre educação sexual fossem queimados. No mesmo ano, a população colombiana tomou as ruas para protestar contra a iniciativa do governo de inserir a questão de gênero na educação. Já na Itália, um material chamado “Jogo do Respeito” foi proibido depois que setores conservadores e religiosos da sociedade se mobilizaram contra ele. O conteúdo do jogo questionava os estereótipos de gênero – aquelas características e atividades tradicionalmente conferidas às mulheres ou aos homens – e mostrava, por meio de desenhos, homens passando roupa e mulheres trocando lâmpadas, por exemplo (Morais, 2018).

Percebe-se, por meio do excerto acima, a tentativa da interdição do debate de gênero e o currículo passa a ser disputado por grupos da extrema-direita internacionalmente. Como se pode verificar, conhecimentos ligados aos estudos de gênero e sexualidade sofrem interdições do neoconservadorismo. Propõem-se, inclusive, que esses livros sejam queimados, em uma espécie de tribunal moderno da Santa Inquisição Católica e defendem papéis sociais predeterminados para homens e mulheres, aguardando, como diz Moura (2018, p. 24), “a oportunidade de poder assar vivos os homens e mulheres, em vez de queimar apenas os livros”.

Essa campanha de vigilância insere-se em uma *cruzada* internacional, defendida pela cúpula da Igreja Católica e por setores conservadores da sociedade. Conforme Junqueira (2018, p. 451),

Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, tais cruzadas envolvem, além da hierarquia religiosa, movimentos eclesiás, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita (e não apenas) profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros.

Assim, reforça-se a mobilização da Igreja Católica no que tange à *cruzada* moral contra a propalada “ideologia de gênero”. A imagem a seguir, com o título “Você já ouviu falar sobre a ‘ideologia de gênero’? Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!”, ilustra um texto publicado no *site* iCatólica assinado pelo cardeal Orani João Tempesta, arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro. No desenho, há dizeres que afirmam que a “ideologia de gênero” ameaça as crianças e que as famílias devem ficar atentas e vigilantes.

Figura 2 – Você já ouviu falar sobre a “ideologia de gênero?”



Fonte: Tempesta, 2015.

No texto que se segue a essa imagem, há o alarme contra currículos e políticas públicas da educação. Intitulado “Brasil: nova ameaça da ‘ideologia de gênero’” e postado em 18 de junho de 2015, mais uma vez os estudos de gênero são tidos como ameaça. O texto informa que “a ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar para todas as pessoas que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade. Quer dizer que o sujeito, quando nasce, não é homem nem mulher, não possui um sexo masculino ou feminino definido [...]”. O cardeal Orani João Tempesta afirma também que

[...] essa ideia, que vem sendo difundida como palavra de ordem nos últimos tempos, apareceu no Plano Nacional de Educação (PNE), mas, graças à mobilização das forças vivas e atuantes do Brasil, contando, inclusive, com alguns Bispos, foi banida. Agora, porém, volta ao Plano Municipal de Educação (PME). [...] Cada município ficará, pois, por meio de seus vereadores, responsável, diante de Deus e de seus municípios, de excluir (se, obviamente, já estiver no texto), até o fim de junho, a revolucionária ideologia de gênero para as crianças e adolescentes em fase escolar atendidas pela rede municipal de ensino. Arbitrariamente, algumas atitudes federais já inserem alguns tipos dessa ideologia em nossas escolas, mesmo através de livros e outras decisões por decreto (Tempesta, 2015).

Nesse trecho, o cardeal argumenta que a chamada “ideologia de gênero” é uma ameaça às crianças, às famílias e à educação brasileira. Deturpa os estudos de gênero, afirmando ser uma ideologia e que o sexo biológico estaria sendo questionado. Relembra que as questões de gênero foram banidas do Plano Nacional de Educação de 2014, em uma ação coordenada de setores da extrema-direita brasileira, que interviram diretamente no currículo brasileiro. Encerra defendendo que a educação sexual deve ser feita pelas famílias: “Querem transferir para a orientação da escola aquilo que as famílias são chamadas a passar aos seus filhos” (Tempesta, 2015). Mobiliza-se um projeto específico de sociedade e de moral religiosa, em que se demanda o combate à diversidade, à pluralidade de ideias e aos direitos civis conquistados por meio de árduas lutas, como a liberdade de expressão e a representação social, para reivindicar uma visão religiosa e única de família.

Em outro trecho, na mesma matéria, o cardeal Orani João Tempesta completa: “Cabe a nós, cidadãos de hoje, levarmos avante os verdadeiros valores desta pátria que amamos e aonde habitamos como cidadãos que têm direitos e deveres e que se responsabilizam pelo futuro” (Tempesta, 2015). Defende-se, novamente, os ditos valores da pátria, da religião e

da nação. Com isso, a Igreja mantém suas pretensões de domínio, evidenciando-se, como assinala Elena Schembri (2018, p. 15), “no momento atual, em que o Papa fala de homossexualidade como doença e os partidos de direita, ou definidos como populistas, declaram defender as raízes cristãs da Europa, difundindo ódio contra qualquer diversidade”.

Associam os estudos de gênero e sexualidade à possibilidade de se induzir as crianças e adolescentes a uma suposta mudança de sexo. Deturpam conhecimentos científicos, estudos importantes para as discussões de problemas da sociedade, nomeando-os de “doutrinação”. Defendem um suposto modelo de família, alicerçado na “natureza”, e a tão alardeada neutralidade da educação. Conclamam a população a salvaguardar os valores da família tradicional e a ditos valores sólidos da sociedade. Defendem um tipo de conhecimento generalista que demanda uma suposta neutralidade educacional, a qual exclui as diferenças.

Essas propostas curriculares reacionárias reivindicam a retirada dos currículos da Educação Básica de conteúdos demandados pelas ciências humanas, tais como discussões de gênero e aspectos políticos. As ações da ultradireita no Brasil têm convergido para discursos reacionários que visam controlar as escolas e os saberes produzidos nelas, cercear conhecimentos, baseados na premissa de que haja uma neutralidade no processo de ensino e aprendizagem. Assim, “a pretensa neutralidade projeta uma educação que é incapaz de intervir no mundo e, por isso, torna-se cúmplice das injustiças e violências que nele ocorrem” (Miguel, 2016, p. 615). Representa um discurso que demanda uma neutralidade educacional, que é impossível, como já afirmava Paulo Freire (1996, p. 110): “agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes”.

Em outro texto que novamente trata os estudos de gênero e sexualidade como ameaça, escrito por Felipe Aquino para o *site* da Canção Nova, com o título “Uma nova ameaça da Ideologia de Gênero”, divulga-se que:

“A audácia dos maus se alimenta da omissão dos bons” (Papa Leão XIII). Os ativistas da Ideologia de Gênero não desistem de querer impor à sociedade brasileira, sobretudo aos jovens e às crianças, esta ideologia antinatural e perversa, impondo a nós, goela abaixo, que não existe sexo, num desrespeito ao que já foi aprovado pelas autoridades do governo há quatro anos. O Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional, excluindo dele a Ideologia de Gênero [...]. Há uma definição clara e legal sobre a matéria. No entanto, os ideólogos que defendem essa má cultura, vencidos no campo legal, insistem em usar os meios jurídicos (STF) para insistir nesta tecla. Um partido político entrou com um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que considere inconstitucional (ADI 5668) o que foi decidido pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente Dilma. E pede que a Ideologia de Gênero seja ensinada em todas as escolas do país de maneira obrigatória (Aquino, 2016).

O texto contesta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que solicita ao Supremo Tribunal Federal – STF que dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 13.005/2014), visando reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de trabalhar a erradicação de todas as formas de discriminação no âmbito educacional. O autor questiona a intervenção do citado partido na Justiça e que “os

ativistas da Ideologia de Gênero não desistem de querer impor à sociedade brasileira, sobretudo aos jovens e às crianças, esta ideologia antinatural e perversa” (Aquino, 2016). Instala-se uma verdadeira *cruzada* antigênero, conclamada por setores da Igreja Católica e de setores conservadores de nossa sociedade, chamando os fiéis para marcharem contra o inimigo comum: a chamada “ideologia de gênero”.

O discurso de *cruzada* antigênero ganha notoriedade social e terreno fértil após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse momento e nas eleições futuras, pessoas candidatas da extrema-direita usam do sintagma “ideologia de gênero” para se elegerem a cargos políticos no Executivo e no Legislativo. Tal sintagma consiste em uma divulgação deturpada dos estudos de gênero, usando a estratégia de distorção dos estudos de gênero, como analisa Marlucy Paraíso (2016). Após a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018, as *cruzadas* antigênero se intensificaram. A ex-ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), Damares Alves, atualmente senadora da República, no ano de 2019, afirmou que existe uma ideologização de crianças nas escolas e, para ela,

Dizer que isso não acontece é querer tapar o sol com a peneira. Existe a doutrinação. A ponto de encontrar mães sendo ensinadas a não chamar mais suas filhas de princesas para não confundir as meninas. Trouxeram para sala de aula um debate sobre uma ideologia, a teoria de gênero. Não queremos que esse debate seja afastado, mas que seja feito nas academias, nas universidades. Trazer o debate de uma ideologia tão complexa para criança de tenra idade nós questionamos (Fibe; Ferreira; Grandelle, 2019).

Damares Alves reconheceu que existe um campo acadêmico dos estudos de gênero, mas o nomeou como “ideologia a teoria de gênero” e argumentou que esse debate deve estar circunscrito ao meio acadêmico. Para ela, as discussões sobre gênero se reduzem a uma ideologia e não devem ser debatidos ou analisados no âmbito da Educação Básica, para crianças “de tenra idade”.

O sintagma “ideologia de gênero”, porém, não possui base acadêmica, não encontrando, ainda, “correspondência com o que feminismo e os estudos de gênero fazem e defendem” (Junqueira, 2019, p. 138). Distorcem os estudos de gênero e, discursivamente, colocam o feminismo como inimigo da sociedade. O que se nomeia de “ideologia de gênero” é uma expressão para desqualificar os estudos de gênero, um campo acadêmico científico interdisciplinar que tem a intenção de analisar todo tipo de questão relacionada ao gênero, tais como sistemas, representações e construções sociais do gênero, além das relações de poder envolvendo homens e mulheres.

Marina Amorim e Ana Paula Salej (2016, p. 37) defendem que “o uso de uma expressão inexistente no campo dos estudos de gênero não é um equívoco e sim uma estratégia. Ao ideologizar o conceito, estão associando-o a um processo doutrinário que defende uma visão de mundo”. As discussões promovidas no campo acadêmico das relações de gênero podem ser importantes para entender e questionar o machismo, o sexism, a misoginia, a heteronormatividade e podem contribuir para as mudanças de comportamentos sociais há muito arraigados na cultura e na sociedade, tratadas como naturais.

Desconsiderar essas discussões é uma forma de censura aos conteúdos imprescindíveis para uma formação cidadã e diversa, pretendendo-se impor uma só visão de mundo, de família e de currículos, coibindo as diferenças e determinando uma única concepção de

sociedade. Esse entendimento distorcido dos estudos de gênero, conclamando-os como ideológicos, abriu espaço para diversas contestações a estudos científicos, como os históricos.

### **Ataques às/-aos docentes e ao currículo de história**

Percebemos, no atual cenário político brasileiro, a intensificação de discursos contrários a uma formação cidadã e diversa. Isso é reverberado por políticos de extrema-direita que ganharam força e visibilidade perseguindo os estudos de gênero, tratados por eles como “ideologia de gênero”, atacando professoras e professores e questionando saberes das ciências humanas, principalmente, em nosso juízo, da história. Distorcem os estudos de gênero e conclamam uma verdadeira *cruzada* contra a diversidade e o senso crítico, em defesa de supostos valores da família, da pátria e da nação. Entendemos, no entanto, que agem “em nome da autoridade do fanatismo e da intolerância do misticismo nacionalista” (Moura, 2018, p. 21).

Acreditamos que gênero é uma categoria para pensar as relações sociais entre homens e mulheres – relações estas que são historicamente construídas, compreendendo que as identidades de homens e mulheres são sociais (Scott, 1995). No que tange especificamente às discussões relativas às mulheres, podemos somar o problema do “sexismo generalizado da sociedade brasileira que perpassa classes, raças, etnias, posições políticas e ideológicas. As assustadoras estatísticas de violência contra as mulheres no país são o retrato mais nítido destas relações desiguais” (Pinto, 2018, p. 25). Consideramos que a padronização curricular nas escolas tende a intensificar tais injustiças.

No Brasil, os dados sobre as múltiplas formas de violência contra as mulheres revelam números alarmantes, evidenciando que, infelizmente, essa violência faz parte do cotidiano de meninas e mulheres. Segundo informações disponíveis no *Atlas da violência 2023* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, “quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022” e estima-se que, “a cada ano, haveria no mínimo 822 mil estupros no país, sendo que apenas 8,2% desses casos chegam ao conhecimento das polícias”. O *Atlas* informa que “na última década, entre 2011 e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 42). Os motivos que levam a esses dados alarmantes, intensificados e potencializados na última década, são multifatoriais e envolvem, em primeiro lugar, uma redução significativa do orçamento público federal para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e que o “governo Bolsonaro reduziu em 94% o orçamento para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 41).

Também aponta, em segundo lugar, o radicalismo político e o estímulo dado a essas violências de gênero fomentadas por políticos de extrema-direita, “com o recrudescimento do conservadorismo, que reforça os valores do patriarcado, propalado e incentivado pelo próprio ex-presidente da República, pode ter contribuído para impulsionar os atritos e a violência de gênero contra mulheres na sociedade” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 41). Em terceiro lugar, destaca-se que a pandemia da Covid-19 atuou como um fator agravante das violências contra as mulheres, em razão da limitação do funcionamento dos serviços de proteção, da redução do controle social decorrente do isolamento, do aumento dos conflitos gerados pela convivência intensificada e da perda econômica relativa das mulheres nas famílias, entre outros aspectos.

Esses dados alarmantes e expressivos evidenciam a urgência de mudanças no enfrentamento às violências de gênero, as quais demandam políticas públicas integradas que considerem as múltiplas dimensões da vida humana, como educação, família, saúde, renda, igualdade racial e equidade de oportunidades. As diversas formas de violência contra as mulheres estão profundamente enraizadas em concepções que negam às mulheres a plena cidadania, ao não reconhecer as mulheres como cidadãs e como sujeitos de direitos em condições de igualdade com os homens.

Impedir os debates sobre gênero e barrar discussões essenciais para as mulheres, para a população LGBTQIA+, a população negra e demais temas ligados à diversidade e aos direitos humanos, sob a justificativa de combater supostas ideologias, representa um retrocesso significativo e compromete a promoção da pluralidade nas escolas. É importante resistirmos e propormos uma educação diversa, que enfrente e discuta os problemas sociais do Brasil. Tais resistências já existem efetivamente por toda parte. Profissionais da educação enfrentam a ofensiva antigênero e produzem práticas curriculares em que as questões de gênero são incluídas (cf. Giovannetti; Sales, 2023; 2020).

O *site* da Canção Nova replicou um artigo de Angélica Favretto (2017), que postula contra a “ideologia de gênero” e que “alerta sobre os perigos da BNCC”, com o título “Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras? BNCC: texto do documento contém vários trechos que poderiam obrigar escolas a ensinar conceitos da ideologia de gênero”:

Com a proximidade da homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que deve ocorrer neste mês de novembro, ativistas e entidades em defesa da família intensificaram o alerta à população sobre os riscos que o atual texto pode trazer à formação moral dos alunos. O principal problema é o uso, em vários trechos do documento, do termo “questões de gênero”, o que pode ser interpretado como obrigatoriedade de se ensinar o controverso conceito da ideologia de gênero na educação básica (Favretto, 2017).

O texto, de 2017, debate a homologação da BNCC e questiona o uso da expressão “questões de gênero” no documento referente ao Ensino Fundamental. Para a autora, isso pode abrir uma brecha para as discussões da chamada “ideologia de gênero”. Mais uma vez, retoma-se um *pânico moral* de que as escolas poderiam ensinar as crianças a “escolher seu gênero”.

O propósito da BNCC é o de ser um documento orientador sobre de que maneira os conteúdos disciplinares devem ser ofertados nas redes pública e privada do país. Por meio dele, a intenção é garantir que os estudantes, independentemente da região em que estejam, recebam o mínimo comum de conhecimentos que sejam essenciais ao seu desenvolvimento. Se for aprovada com a menção ao termo “questões de gênero”, portanto, ficaria muito mais difícil para um diretor de escola ou professor negar-se a ensinar aos seus alunos teses como a de que existem dezenas de gêneros sexuais, e que cada criança pode ser escolher o seu (Favretto, 2017).

Segundo a matéria disponível no *site*, há trechos problemáticos na BNCC, e cita páginas, além de excertos do documento que abordam as questões de gênero:

Um dos trechos mais problemáticos estaria na página 159, onde o documento diz que “o professor de artes deve desenvolver as aulas, discutindo experiências

corporais pessoais e coletivas, de modo a problematizar questões de gênero e corpo”. [...] na página 305, o texto estabelece que “na área de ciências humanas a diversidade de gênero deve ganhar especial destaque”. Já nas páginas 351 e 378, respectivamente, a BNCC sugere que o professor de história “coloque em destaque as temáticas voltadas para as questões de gênero” e o motiva a trabalhar em suas aulas as “questões de gênero, o anarquismo e protagonismos femininos mostrando as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX”. [...] Se homologada, a BNCC vai se tornar uma lei específica com o gênero incluso e aí, diferentemente do que acontece hoje, os pais perderão a liberdade de dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola (Favretto, 2017).

Nesse excerto argumenta-se que o currículo de história da educação básica no Brasil estaria propondo conteúdos nos quais “os pais perderão a liberdade de dizer se querem ou não que os filhos tenham contato com o assunto na escola”. Informa, ainda, que o currículo proposto pelo documento estaria demandando trabalhar nas aulas de história “questões de gênero, o anarquismo e protagonismos femininos mostrando as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX”, conforme descrito no texto da BNCC. Defendem assim, a interdição de saberes, a exclusão das mulheres na história.

Em contrapartida e como forma de resistência, acreditamos que os estudos de gênero são cruciais para denunciar as injustiças sociais e combater as desigualdades. A escritora anarquista que abre este artigo, Maria Lacerda de Moura (2018), já argumentava, no início do século XX, que é imprescindível incluir a questão feminina como parte integrante da crítica ao sistema fascista, pensando a importância das mulheres historicamente e socialmente. Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi defendem que:

A história das mulheres, ao colocar no centro a questão das relações entre os sexos, revisita um conjunto de problemas tão caros à historiografia – o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do Ocidente (Colling; Tedeschi, 2015, p. 311).

As desigualdades estruturais entre homens e mulheres são constituídas em meio a relações de poder e esses desequilíbrios de gênero se refletem na educação, nos currículos, nas leis, na política e nas práticas sociais, podendo aprofundar outras desigualdades sociais, o que pode ser acirrado, ainda mais, por meio de currículos que defendem saberes e conhecimentos ditos como universais, mas desconsideram as histórias das mulheres, por exemplo.

Os ataques e ações contrárias a um currículo diverso e inclusivo não são as únicas ações de grupos neoconservadores e reacionários na Educação Básica do Brasil. As professoras e os professores têm sofrido perseguições, atitudes constrangedoras e demissões, produzidos pelo combate a uma suposta “ideologia de gênero”.

Há uma campanha de vigilância ao saber docente impetrada pela extrema-direita no Brasil e alicerçada na visão de neutralidade da educação, de combate à chamada “ideologia de gênero” e a crítica à diversidade. Na defesa de um ensino de história supostamente neutro, a história das mulheres é uma temática interditada nos currículos elaborados em contexto de avanço reacionário. O gênero é ação como algo a ser combatido, e a história das mulheres é considerada, nesse contexto, como doutrinação.

No contexto escolar atual profissionais da educação se sentem coagidas/os e disciplinadas/os pelo poder coercitivo da vigilância. Segundo matéria publicada pela Agência Câmara de Notícias, intitulada “Professores denunciam ambiente de perseguições causado pelo clima de radicalização política no País” (Lima, 2023), docentes relataram um ambiente de perseguição decorrente da radicalização política vivida no Brasil:

A professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro Pâmella Passos apresentou pesquisa feita pela instituição, que mostra o medo causado pelas acusações e processos movidos contra professores por razões ideológicas. “Das 837 professoras e professores que responderam o questionário, 91% gostariam de apoio psicológico e 90,4% demandam apoio jurídico para lidar com essas situações no contexto de perseguição docente”, afirma. A professora da rede estadual de Santa Catarina Juliana Andozio contou o cerco que sofreu em Florianópolis (SC), incluindo um processo administrativo em que foi acusada de fazer doutrinação política na escola. “Eu fiquei sete meses afastada. Depois de passar por um processo administrativo, em que nada foi comprovado, me puniram com 15 dias sem salário”, explicou (Lima, 2023).

Segundo texto disponível no Jornal Extra Classe (Fraga, 2023), estudo aponta que 64,4% das/os educadoras/es já sofreram perseguição ou censura no trabalho, 63,7% têm medo de retaliações e 61,9% repensaram conteúdos por temor aos patrulhamentos.

Na última segunda-feira, 30 de outubro, ocorria audiência pública sobre perseguição ideológica a professores na Câmara dos Deputados, em Brasília. A 2.100 quilômetros dali, no Colégio Anchieta – uma das escolas privadas mais tradicionais e caras de Porto Alegre –, uma estudante adolescente do 9º ano do ensino fundamental gravava em áudio e vídeo trechos de uma aula de História sobre o conflito Israel e Hamas. Mais tarde, a gravação viralizaria e transformaria a vida do professor num verdadeiro inferno, resultando no seu afastamento pela escola. [...] Em março do ano passado, uma professora foi demitida por uma tradicional escola privada de Porto Alegre após acusações de “doutrinação” disseminadas em redes sociais por um aluno que não gostou de uma explanação em sala de aula. A docente abordava a histórica exclusão das mulheres do mundo do trabalho e da educação (do Iluminismo até a atualidade). A professora de ciências humanas foi demitida aparentemente por pressão da família de um dos alunos. Ela tinha 19 anos de casa e é socióloga, pedagoga, doutora, mestre e licenciada em história. Em um ataque de fúria, o estudante acusou a docente de críticas a Bolsonaro (Fraga, 2023).

O trecho acima revela traços característicos do discurso reacionário no contexto educacional, evidenciado pela criminalização do ensino crítico e pela deslegitimação das professoras e dos professores, em uma censura prévia. Essas práticas se inserem em um movimento reacionário, que busca restaurar valores conservadores e autoritários através do currículo escolar, desqualificando perspectivas críticas que abordam desigualdades históricas de gênero, raça e classe. A proposta, mais uma vez, é silenciar debates que confrontam visões hegemônicas e, nesse cenário, a escola deixa de ser entendida como um local de diálogo e construção do conhecimento, sendo regida por uma lógica punitiva, marcada pela intolerância e pela vigilância ideológica dos saberes. Em contrapartida, defendemos que a escola é um espaço privilegiado para a defesa da diversidade.

Ao insistir que a escola deve se pautar por valores de equidade, nada mais estamos fazendo do que repetir os princípios da educação nacional, claramente indicados na Constituição Federal de 1988: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gestão democrática do ensino público (Seffner, 2020, p. 87).

Os episódios descritos evidenciam também como o discurso reacionário mobiliza estratégias midiáticas e familiares para reforçar o controle moral e político sobre os conteúdos escolares, silenciando e deslegitimando campos do saber que questionam as estruturas de poder e opressão da sociedade. Segundo Fernando Penna, Renata Aquino e Fernanda Moura (2024, p. 2), “entre janeiro de 2018 e agosto de 2021 houve 77 reportagens em jornais, websites, blogues e páginas em redes sociais sobre educadoras(es) perseguidas(os), adoecimento docente e censura de materiais didáticos”. Embora tenhamos iniciativas significativas da sociedade civil que visam dar legitimidade para a atuação docente, a falta dessa definição explícita sobre a perseguição

torna mais difícil a produção de dados amplos sobre esse fenômeno, impede o reconhecimento da autocensura e da perseguição como violações e dificulta que essas práticas sejam objeto de políticas públicas para a retomada das autonomia e autoridade docentes e para reparação às(as) educadoras(es) perseguidas(os). Dificulta também, infelizmente, que a gravidade dessas violações seja percebida mesmo entre as(os) próprias(os) educadoras(es) (Penna; Aquino; Moura, 2024, p. 3).

Além disso, a coerção é arma para inibir, vigiar e punir. Ações como gravar uma aula para midiatizá-la, nesse contexto, são consideradas algumas das armas dessa *cruzada* contra a chamada doutrinação nas escolas, que culminam em perseguições morais e em demissões daquelas pessoas que ousam lecionar, desenvolvendo espírito crítico. Assim, temas ligados aos debates históricos sofrem tentativas de interdição.

Como efeito desta ofensiva reacionária, as discussões referentes às questões de gênero e à história das mulheres, campo historiográfico atrelado aos movimentos e pautas feministas, foram negligenciadas nas políticas curriculares mais recentes, como a BNCC e o PNE. O currículo oficial e normativo dos sistemas de ensino da educação básica brasileira, a BNCC, “teve excluídos os termos gênero e sexualidade, demonstrando com clareza o posicionamento reacionário de um discurso político que se apresenta como neutro, mas que pretende calar e evitar debates que questionem as estruturas de dominação de gênero” (Rovai; Monteiro, 2020, p. 211), o que demonstra a gravidade das interdições e perseguições ao currículo de história.

Nesse movimento de interdição a saberes considerados como ideológicos, “temáticas como a história das mulheres e as relações de gênero têm sido ainda mais silenciadas no currículo, sob a alegação de serem ideológicas ou doutrinadoras” (Giovannetti; Sales, 2023, p. 7), sob um constante movimento de vigilância. A historiadora Gerda Lerner (2019, p. 27) nos lembra que “a história das mulheres é indispensável e essencial para a emancipação das mulheres”. A historiadora ainda afirmou que “a falta de conhecimento das mulheres sobre a própria história de luta e de conquistas é um dos principais meios de nos manter subordinadas” (Lerner, 2019, p. 277). Nesse contexto, a ausência de memória histórica contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero e para as perseguições às mulheres.

Todo esse processo é tensionado pelas relações de poder em jogo. Em meio a inúmeras disputas, resistências são organizadas contra as ações de grupos reacionários. Na Comissão de Educação do Congresso Nacional, por exemplo, presidida pelo deputado mineiro do Partido Liberal – PL, Nikolas Ferreira, políticos de extrema-direita sofreram uma derrota ao terem barrada uma moção contra Jadir Ribeiro Anchieta, professor de história na Escola Estadual de Educação Básica São Tarcísio em Santa Catarina (Eboli, 2024). Ele teria demonstrado “viés ideológico não condizente com a neutralidade exigida pela profissão”, diz a moção. A deputada Bia Kicis (PL-DF) defendeu a moção de repúdio e acusou o governo do Partido dos Trabalhadores – PT de promover a ideologia de gênero nas escolas “e ensinar que menino não é menino e que menina não é menina”. Novamente, o sintagma “ideologia de gênero” é acionado para coibir conteúdos, discussões e temas ligados, principalmente, às ciências humanas, à história, propondo interdição de saberes.

Deputados/as contrários/as ao clima de perseguição nas escolas reagiram e derrubaram a mencionada moção, configurando-se em resistência ao neoconservadorismo. Tarcísio Motta, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL-RJ, disse que a extrema-direita faz da Comissão de Educação um palanque eleitoral e busca dividendos políticos, e, segundo ele, “há pessoas que gostam de pegar detalhes, elementos a vigiar na vida de cada profissional de educação e tentam criar um *pânico moral*. Ninguém é professor/a porque sonha em ser milionário, mas é para ajudar a construir um mundo melhor”, disse Motta. Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista – PDT-MG, disse ser um absurdo a Comissão de Educação gastar dinheiro público e usar suas estruturas para “perseguir professores de História do Brasil”. Resistências são organizadas, assim, por meio de sindicatos, de organizações estudantis, e no Poder Legislativo.

Na direção oposta às perseguições docentes e às interdições curriculares, afirmamos a potencialidade das questões de gênero e dos estudos das mulheres para ensinar e discutir a defesa das múltiplas possibilidades de vida. Interditar esses saberes, sob a alegação de serem ideológicos, é uma forma de não debater questões importantes de nossa sociedade, de controlar conhecimentos e de impor uma visão de mundo tradicional alicerçada na desigualdade social. Defendemos em consonância com Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Lívia Nascimento Monteiro (2020) que “o ensino de história possa promover processos posicionados no reconhecimento das histórias das mulheres, questionando narrativas históricas pretensamente neutras”.

Em outra oportunidade (Giovannetti; Sales, 2025), já destacamos que o currículo é um território contestado e que apesar das intensas disputas, tensões e imposições promovidas no momento da elaboração e posterior homologação da BNCC do Ensino Médio, especialmente com a exclusão das discussões de gênero no currículo nacional, resistências foram organizadas, possibilitando a inclusão do debate sobre gênero por meio das políticas curriculares em Minas Gerais. Enquanto na BNCC homologada em 2018, há uma negligência das questões de gênero e sexualidade, abordando a temática uma única vez em todo o documento do Ensino Médio (Giovannetti; Sales, 2020), o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), por exemplo, menciona o tratamento das relações de gênero 36 vezes. Todos esses 36 registros da inclusão das questões de gênero, localizados no currículo mineiro, podem significar uma resistência à exclusão desse importante tema no currículo nacional. O currículo mineiro parece dizer não à exclusão de gênero na BNCC, atuando como um importante recurso para a desestabilização.

## Considerações finais

Neste artigo argumentamos que, há em funcionamento no Brasil, um discurso reacionário, que, através do sintagma “ideologia de gênero”, busca coibir conhecimentos e impor limites a uma educação diversa e inclusiva, principalmente nas ciências humanas e na história. Essa perseguição não se restringe ao currículo escrito. Ela perpassa pela vigilância impetrada às professoras e aos professores que se respalda em ampla campanha midiática, governamental e moral contra às/aos profissionais da educação que seriam “doutrinadoras/es”, alicerçada na Igreja Católica, em igrejas neopentecostais, no Legislativo e em setores empresariais, formando a dita *coalização conservadora*.

Percebemos também que as reformas educacionais recentes e os ataques às/aos docentes da Educação Básica demonstram uma coalização entre movimentos reacionários e forças neoliberais, visando controlar o currículo. A educação passa a ser um palco de disputas, tensões e de propagação de ideais neoconservadores.

Fizemos um exercício de não nos calarmos, atendendo ao apelo de Maria Lacerda de Moura: “Calar hoje é ser cúmplice”. Clamor com a atualidade do momento, em que se continua perseguindo as diferenças, com guerras provocadas por questões religiosas, com “a proibição do aborto, a imposição de um modelo de família patriarcal, a propaganda criacionista nas escolas, todos elementos que implicam uma constante repressão da livre consciência” (Schembri, 2018, p. 15). Não nos silenciamos neste momento histórico de ataques às mulheres, às lutas feministas, aos estudos de gênero e de proposição de leis que retiram direitos das mulheres.

Na direção oposta, resistimos a todas as tentativas de perseguição e banimento de conteúdos, nos posicionando veementemente a favor da liberdade de cátedra das professoras e dos professores, defendendo um currículo diverso e pautado em sólidos valores democráticos.

Importante mencionar que a partir de 2025 será obrigatório em todo o país o estudo sobre as contribuições de mulheres à humanidade, a partir da Lei nº 14.986/2024 (Brasil, 2024). Os currículos dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e privadas deverão abordar as experiências e as perspectivas femininas na história do Brasil e do mundo. A referida Lei acrescenta um novo artigo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394, de 1996) para determinar que, durante os nove anos do ensino fundamental e os três anos do Ensino Médio, as escolas terão que garantir que seus currículos apresentarão variados aspectos das mulheres na história, na ciência, nas artes e na cultura, do Brasil e do mundo. A lei também cria a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História”, que deverá ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março em todas as escolas de educação básica. Essa é uma possível resistência às ações que visam coibir os estudos de gênero e do campo da história das mulheres.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário! a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, p. 32-42, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p32-42>.

AQUINO, Felipe. Uma nova ameaça da Ideologia de Gênero. **Canção Nova**, [2016]. Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/uma-nova-ameaca-da-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014**. (Vide Lei nº 14.934, de 2024). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm). Acesso em: 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de Gênero**. 1<sup>a</sup>ed. São Paulo: Boitempo, 2024. 272p.

CANÇÃO Nova. O que pensa o Papa Francisco sobre a ideologia de gênero? **Canção Nova**, [2016]. Disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/o-que-pensa-o-papa-francisco-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Acesso em: 12 jun. 2024.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI. O ensino de história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.

CONFERÊNCIA Episcopal Peruana. **A ideologia do gênero**: seus perigos e alcances. 1998.

[https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960\\_IdeologiaDeGenero\\_PerigosEAlcances\\_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf](https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf). Acesso em: 25 jul. 2024.

ÉBOLI, Evandro. Nikolas e bolsonaristas sofrem primeira derrota na Comissão de Educação. **Correio Braziliense**, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.correobraziliense.com.br/politica/2024/03/6826752-nikolas-e->

<bolsonaristas-sofrem-primeira-derrota-na-comissao-de-educacao.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FAVRETTTO, Angélica. Por que a BNCC devia preocupar as famílias brasileiras? **Canção Nova**, 2017. Disponível em:

<https://formacao.cancaonova.com/bioetica/ideologiadegenero/por-que-bncc-devia-preocupar-familias-brasileiras/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FIBE, Cristina, FERREIRA, Paula; GRANDELLE, Renato. Ministra diz não se arrepender de declarações sobre cores adequadas para crianças. **O Globo**, 3 jan. 2019. <https://oglobo.globo.com/brasil/ministra-diz-nao-se-arrepender-de-declaracoes-sobre-cores-adequadas-para-criancas-23345285>. Acesso em: 15 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Embu das Artes: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRACCARO, Glaucia Cristina. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRAGA, Cesar. **Afastamento de professor do Anchieta aquece debate sobre perseguição ideológica**. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/11/professor-do-anchieta-e-afastado-apos-virar-aula-sobre-israel-e-hamas/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei. (2020). Histórias das mulheres na BNCC do Ensino Médio: o silêncio que persiste. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, v. 14, n. 26, p. 251–277. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v14i27.12182>. Acesso em: 29 jun. 2025.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. Bruxas nos currículos: ofensiva antigênero nos currículos da educação brasileira. **Educação**. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. e43604, jan. 2023. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-25822023000100117&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822023000100117&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 jun. 2025.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Sales. (2025). O CURRÍCULO REFERÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Imagens Da Educação**, v. 15, n. 2, p. 184-211.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/74908>. Acesso em: 28 jun. 2025

JUNQUEIRA, Rogério. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. Cap. XVI, p. 135-140.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 jul. 2024.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Dourivan. **Professores denunciam ambiente de perseguições causado pelo clima de radicalização política no País**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1012403-professores-denunciam-ambiente-de-perseguicoes>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016.

MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? **Politize!**, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo**: filho dileto da igreja e do capital. São Paulo: Entremares, 2018.

PARAÍSO, Marlucy (2016). A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PASSOS, Pâmella; MENDONÇA, Amanda. **O professor é o inimigo!**: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

PENNA, Fernando; AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda. Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na educação democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, p. e274629, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/ES.274629\\_port](https://doi.org/10.1590/ES.274629_port). Acesso em: 08 jul. 2025.

PINTO, Celi Regina. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (Org.). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

RODRIGUES, Eric Cyon. As Cruzadas e as apropriações contemporâneas da Idade Média (2001 - 2020). **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 2, p. 296–329, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i2p296-329. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/172170>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ROVAI, M. G. DE O.; MONTEIRO, L. N. (2020). História das mulheres e História pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 206–230, 2020. DOI: 10.30612/rehr.v14i27.12358. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/12358>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

RUDNITZKI, Ethel; OLIVEIRA, Rafael. Historiador Paulo Pachá explica conceitos ligados às Cruzadas da Idade Média que contagiaram bolsonaristas. **Pública**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SCHEMBRI, Elena. Prefácio. *In: MOURA, Maria Lacerda de. Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital.* São Paulo: Entremares, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SEFFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 75–90, 2020. DOI: 10.22420/rde.v14i28.1095. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001a. p. 184-202.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto. A influência do neoconservadorismo nos estudos de gênero no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. v.5, n.2 , Belém, jul.-dez. de 2019, pp. 55-73, 2019. Disponível em: <https://bitlybr.com/Olb>. Acesso em 15 jul. 2024

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668)**. Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Pedido de interpretação conforme do art. 2º, iii, da lei que aprovou o plano nacional de educação. possibilidades interpretativas da noção de “erradicação de todas as formas de discriminação”. Art. 3º, CF. Inclusão das discriminações por gênero e orientação sexual. Sentido expandido de igualdade. Direito à educação. Promoção da igualdade de gênero. Jurisprudência. Ação direta julgada parcialmente procedente. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5148159>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TEMPESTA, Orani João (cardeal). Brasil: nova ameaça da “ideologia de gênero. **iCatólica**, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://www.icatolica.com/2015/06/brasil-nova-ameaca-da-ideologia-de.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.

TYERMAN, Christopher. **The Crusades: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. Artigos Temáticos. **Rev. Estud. Fem.**, v. 13, n. 3, p. 585-589, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RLmnyZcyWDxxx8NNQrGJKPS/>. Acesso em: 31 maio 2024.

Recebido em: 20 de março de 2025

Aprovado em: 09 de agosto de 2025